

**AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO –
CONTAS PÚBLICAS DE SAÚDE**

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- A questão discursiva deverá ser redigida com o máximo de **25 (vinte e cinco)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca de cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Nos exemplos a seguir foi realizada uma operação idêntica: a eliminação dos segmentos sublinhados e a inserção da partícula SE.

Assinale a opção em que isso foi feito de forma adequada.

- (A) Nós não mantivemos a rotina de sempre / Manteu-se a rotina de sempre.
- (B) Nós não precisamos mais de carros alugados / Não se precisa de carros alugados.
- (C) É bom que façamos os trabalhos rapidamente / É bom fazer-se os trabalhos rapidamente.
- (D) Todo mundo protestou contra a contratação do jogador / Protestaram-se contra a contratação do jogador.
- (E) Todos requereram ajuda dos bancos / Requis-se ajuda dos bancos.

2

Em todas as sentenças a seguir, foi inserida uma expressão entre parênteses com o objetivo de reescrever a frase sem alterar sua correção gramatical ou seu sentido original.

Assinale a afirmativa em que essa inserção foi feita de maneira inadequada, comprometendo a estrutura ou o significado da frase.

- (A) A compra de novos uniformes veio a suprir uma deficiência de muitos de nossos alunos (inclusive) / A compra de novos uniformes veio, inclusive, a suprir uma deficiência de muitos de nossos alunos.
- (B) Não é difícil encontrar vestígios da colonização portuguesa na história moderna do Brasil (a essa altura) / Não é difícil encontrar, a essa altura, vestígios da colonização portuguesa na história moderna do Brasil.
- (C) Há medidas oficiais que conseguem corrigir problemas sociais (ainda que impopulares) / Há medidas oficiais, ainda que impopulares, que conseguem corrigir problemas sociais.
- (D) Esses jogadores não estavam ligados ao time no início do campeonato (o que talvez tenha sido bom) / Esses jogadores não estavam ligados ao time no início do campeonato, o que talvez tenha sido bom.
- (E) Os acidentes aeroviários provocam grande número de vítimas (no entanto) / Os acidentes, no entanto, aeroviários provocam grande número de vítimas.

3

O livro é relativamente grosso, de capa dura, na cor vermelha, com grandes letras na capa, destacando-se o nome do autor. Em seu interior, as páginas estão impressas em duas colunas, com letras pequenas e muitas observações no pé da página.

Considerando os aspectos semânticos e estruturais do texto, assinale a opção que apresenta uma análise adequada quanto à tipologia textual.

- (A) Trata-se de um texto argumentativo cuja tese está na valorização de um livro por sua apresentação.
- (B) Exemplifica um texto injuntivo já que há, implicitamente, a tentativa de convencer o leitor da beleza da obra.
- (C) Mostra um texto expositivo, com informações importantes sobre um determinado livro.
- (D) Classifica-se como texto descritivo, com o observador indicando dados de fora para dentro.
- (E) Indica um texto narrativo, com a evolução cronológica dos passos da leitura.

4

Este dicionário, composto de 4 volumes, cada um deles com mais de 800 páginas, traz todas as informações sobre as palavras da língua portuguesa, com dados etimológicos, gramaticais e de uso, não encontrados em nenhuma outra obra. Por sua raridade, sua encadernação é de couro polido, que serve de eficaz proteção.

Considerando os recursos argumentativos empregados no texto, assinale a afirmativa que identifica corretamente a estratégia de convencimento adotada.

- (A) Enaltecer o proprietário da obra por ser privilegiado em possuir obra tão rara.
- (B) Dignificar o comprador por poder mostrar uma obra tão cara em sua biblioteca.
- (C) Valorizar o possuidor do dicionário por dispor de uma obra de raro valor informativo.
- (D) Demonstrar as possibilidades econômicas dos que adquirem o dicionário.
- (E) Indicar, indiretamente, a alta competência do comprador da obra por ter acesso às informações nela contidas.

5

As frases a seguir foram reescritas, com a substituição da oração sublinhada por outra, precedida do conector entre parênteses.

Assinale a opção em que isso foi feito de forma adequada.

- (A) Poucos espectadores puderam acompanhar o filme, que usava palavras desconhecidas nas falas. (uma vez que) / Poucos espectadores puderam acompanhar o filme, uma vez que se usavam palavras desconhecidas nas falas.
- (B) Os empregados, que não podiam mais trabalhar naquele dia, foram dispensados. (como) / Os empregados foram dispensados, como não podiam mais trabalhar naquele dia.
- (C) As pessoas não gostam muito de boxe, que é um esporte violento demais. (em consequência de) / As pessoas não gostam muito de boxe, em consequência de que ele é um esporte violento demais.
- (D) O técnico, que estava aborrecido com a derrota, resolveu suspender o treinamento. (visto que) / O técnico, visto que estivesse aborrecido com a derrota, resolveu suspender o treinamento.
- (E) Os alunos, que haviam estudado muito, fizeram as provas com perfeição. (em virtude de) / Em virtude de haviam estudado muito, os alunos fizeram as provas com perfeição.

6

Em todas as frases a seguir houve a eliminação do QUE sublinhado e a substituição do verbo por um substantivo correlato.

Assinale a afirmativa em que isso foi elaborado de forma adequada.

- (A) O time que detinha o título de campeão de futebol nos EUA recebeu uma altíssima quantia como prêmio / O time detento do título de campeão mundial de futebol nos EUA recebeu uma altíssima quantia como prêmio.
- (B) O homem que escreveu o livro teve alto prejuízo / O homem editor do livro teve alto prejuízo.
- (C) Gandhi, que pacificou a Índia, revelou grande habilidade política / Gandhi, pacifista da Índia, revelou grande habilidade política.
- (D) Os espanhóis, que colonizaram o México, merecem elogios e condenações / Os espanhóis, colonizáveis do México, merecem elogios e condenações.
- (E) Os madeireiros, que invadiram os territórios indígenas, merecem a prisão / Os madeireiros, invasores dos territórios indígenas, merecem a prisão.

Estatística

7

Em um teste, para os valores de um determinado parâmetro, de uma hipótese nula H_0 versus uma hipótese alternativa H_1 , o nível de significância fixado indica:

- (A) a maior probabilidade de erro tipo I que se aceita cometer.
- (B) a maior probabilidade de erro tipo II que se aceita cometer.
- (C) a menor probabilidade de erro tipo I que se aceita cometer.
- (D) a menor probabilidade de erro tipo II que se aceita cometer.
- (E) a menor probabilidade de erro de decisão que se aceita cometer.

8

Observe a amostra de dados contábeis (em milhares de reais) a seguir.

132 202 185 214 240 186 183 180 203 204 138 98
194 295 103 222 104

A mediana desse conjunto de dados, em milhares de reais, é igual a:

- (A) 104.
- (B) 186.
- (C) 194.
- (D) 202.
- (E) 203.

9

Numa dada população, 10% dos eleitores votaram num certo candidato C a prefeito nas últimas eleições.

Se quatro desses eleitores foram aleatoriamente sorteados (com reposição), a probabilidade de que exatamente dois tenham votado em C (e dois não tenham nele votado) é aproximadamente igual a:

- (A) 0,1%.
- (B) 1,2%.
- (C) 4,9%.
- (D) 8,2%.
- (E) 14,8%.

Administração Pública

10

A participação social é reconhecida como uma dimensão importante da governança democrática, contribuindo para a legitimação das decisões, a ampliação do conhecimento disponível e o fortalecimento da responsabilidade coletiva. No entanto, o desenho participativo enfrenta obstáculos relacionados à sua implementação em contextos reais de formulação de políticas públicas.

Com base nesse debate, é correto afirmar que:

- (A) a participação, embora valiosa, impõe desafios de coordenação e resolução de conflitos.
- (B) o valor da participação está restrito aos ganhos em eficiência administrativa da governança democrática.
- (C) o senso de pertencimento decorre da centralização estatal nas decisões participativas da coletividade.
- (D) a diversidade de atores garante, por si só, consenso e efetividade na implementação das políticas.
- (E) a participação tende a reduzir custos de coordenação e conflitos, mesmo com menor diversidade de informações.

11

O avanço da economia digital e a crescente complexidade de problemas públicos têm exigido novas abordagens na administração pública. Em relação à Nova Gestão Pública (*New Public Management* – NPM), surgiram diferentes avaliações sobre sua capacidade de adaptação a esse cenário.

Com base nessas discussões, é correto afirmar que a NPM:

- (A) foi gradualmente substituída por abordagens baseadas exclusivamente na participação social direta.
- (B) é reconhecida por sua flexibilidade adaptativa, o que facilitou sua aplicação em contextos globais e instáveis.
- (C) demonstrou ser eficaz na resolução de problemas públicos que envolvem múltiplos níveis de governo e atores sociais.
- (D) priorizou a responsabilização democrática e colaborativa como base para a negociação de resultados em redes interorganizacionais.
- (E) apresenta ênfase em metas e desempenho, o que nem sempre é suficiente para lidar com problemas complexos que exigem articulação entre diversos atores públicos e sociais.

12

O conceito de *accountability* ocupa papel central na teoria democrática contemporânea, ao estabelecer que agentes públicos devem responder por suas ações com base em critérios previamente definidos em um marco legal e institucional.

Com base nesse entendimento institucional da *accountability*, é correto afirmar que:

- (A) a responsabilização democrática ocorre quando os ocupantes de cargos públicos prestam contas de suas ações apenas ao chefe do Poder Executivo.
- (B) a *accountability* é caracterizada pela ausência de interferência institucional, permitindo maior autonomia decisória aos agentes públicos.
- (C) os critérios de *accountability* variam de acordo com a preferência individual de cada autoridade pública, desde que haja prestação de contas à sociedade.
- (D) a *accountability* se concretiza por meio da interação entre marcos legais definidos democraticamente, controle mútuo entre os poderes e parâmetros republicanos de atuação.
- (E) a *accountability* depende unilateralmente da transparência das ações governamentais, cabendo aos próprios agentes públicos definir os critérios de controle das ações avaliadas.

Controle Externo

13

Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, responsáveis pela aplicação, guarda ou gestão de bens e dinheiros públicos têm o dever constitucional de prestar contas.

Nesse sentido, nos termos do seu Regimento Interno, as contas do TCE-PE serão apreciadas e julgadas pelo(a):

- (A) Assembleia Legislativa.
- (B) Pleno do TCE-PE.
- (C) Ministério Público de Contas.
- (D) Congresso Nacional.
- (E) Tribunal de Justiça.

14

A Diretoria de Controle Externo do TCE-PE (DEX) incluiu em seu plano de auditorias atividades de fiscalização com as seguintes características:

- I. Avaliação do desempenho de programa de educação em um município quanto à sua eficiência e eficácia;
- II. Avaliação da gestão de bens do ativo de um hospital público e das medidas implementadas com vistas à sua preservação.

Os tipos de fiscalização que caracterizam essas atividades de controle externo desempenhadas pela DEX são classificados, respectivamente, como:

- (A) operacional e operacional.
- (B) patrimonial e orçamentário.
- (C) financeiro e legalidade.
- (D) legalidade e operacional.
- (E) operacional e patrimonial.

Noções de Contabilidade Pública

15

O prefeito de um município organizou uma confraternização para comemorar o aniversário da cidade em uma praça pública em 01/03/2025. Para isso, adquiriu, em janeiro de 2025, 500 pacotes de biscoito, no valor de R\$ 5.000,00, de uma fábrica localizada em um município vizinho. O frete para o transporte foi de R\$ 800,00. Além disso, o município incorreu em seguro com o transporte até a chegada ao local do evento na cidade, de R\$ 500,00, e com o armazenamento até o dia da festa, de R\$ 900,00.

Em 28/02/2025, o estoque de produtos alimentícios era reconhecido no balanço patrimonial do município pelo seguinte valor:

- (A) R\$ 5.000,00.
- (B) R\$ 5.500,00.
- (C) R\$ 5.800,00.
- (D) R\$ 6.300,00.
- (E) R\$ 7.200,00.

16

Em 2024, uma universidade do setor público realizou uma campanha com alunos que já haviam se formado para arrecadar fundos para atender a despesas de manutenção. A universidade arrecadou R\$ 600.000,00.

A receita é classificada pela universidade como:

- (A) receita de serviços.
- (B) operações de crédito.
- (C) transferências correntes.
- (D) receita de contribuições.
- (E) outras receitas correntes.

Noções de Análise de Dados e de Inteligência Artificial

17

Aprendizado não supervisionado usa algoritmos para analisar e agrupar conjuntos de dados não rotulados. Esses algoritmos descobrem padrões ocultos ou agrupamentos de dados sem a necessidade de intervenção humana.

Selecione a opção que contém somente métodos de aprendizado não supervisionado.

- (A) DBSCAN e K-Means.
- (B) ChatGPT e Regressão Linear.
- (C) Naive-Bayes e Regressão Matricial.
- (D) Regressão Logística e Random Forest.
- (E) Probabilistic Forest e Máquina de Vetor de Suporte.

18

Para a realização de um relatório solicitado por uma instituição particular, foram utilizados dados relativos ao Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR), que é administrado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

O processamento foi realizado, em julho de 2025, pela equipe de Análise e Mineração de Dados, a qual verificou que a base contém informações relativas ao imóvel rural, seu titular e, se for o caso, seus condôminos e possuidores.

Na metodologia do relatório consta que as informações foram legalmente obtidas em fonte oficial digital, sendo que: possuem formato padronizado (CSV e PDF) e a licença *Creative Commons Attribution* para utilização; foram catalogados em 29/12/2021; e possuem atualização trimestral, tendo sido as últimas alterações processadas nos metadados em 04/11/2024 e no arquivo em 04/10/2024.

Com relação a essa base de informações, é correto afirmar que se trata de um conjunto de dados:

- (A) não abertos, tendo sua coleta restrita, pois nem todos os dados públicos têm vocação para serem dados abertos.
- (B) abertos e desatualizados, com permissão de ser livremente utilizado para tratamento, podendo conter exigências que visem preservar sua integridade e disponibilidade.
- (C) abertos e atualizados, com permissão de serem livremente modificados e armazenados em mídias externas.
- (D) não abertos, com permissão de ser utilizado para visualização, mas com restrição de compartilhamento, pois nem todos os dados públicos têm vocação para serem dados abertos.
- (E) abertos e desatualizados, com permissão de serem livremente acessados, que podem necessitar de emprego de técnicas para pré-processamento de dados.

19

Bancos de dados são serviços que permitem armazenamento, gerenciamento e recuperação de dados, de forma eficiente e escalável.

Considerando as características dos bancos de dados relacionais, assinale a afirmativa que descreve corretamente esse tipo de tecnologia.

- (A) Implementa um tipo de banco de dados distribuído focado em dados não estruturados e em vetores agrupados com base na similaridade.
- (B) Elimina a necessidade de vincular tabelas, possuindo recursos integrados de fragmentação e alta disponibilidade que facilitam o dimensionamento horizontal.
- (C) Exige esquemas e vinculação de tabelas, com foco no gerenciamento de conjuntos de dados estruturados e semiestruturados em formatos específicos, tipicamente associados a bancos de dados transacionais.
- (D) Implementa pontos de dados representados por vetores com número fixo de dimensões.
- (E) Utiliza armazenamento de dados em estruturas de dados, como um documento JSON, sem utilizar esquema.

20

Com relação aos Grandes Modelos de Linguagens (LLMs), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () LLMs são capazes de fazer inferências a partir de um contexto, gerar respostas contextualmente relevantes, traduzir documentos para outros idiomas, resumir textos, responder a perguntas ou mesmo auxiliar em tarefas de redação criativa ou geração de código.
- () Os LLMs representam um avanço considerável no processamento de linguagem natural (PNL) e tornaram-se facilmente acessíveis ao público por meio de interfaces como o Chat GPT-3 e o GPT-4. Outros exemplos de LLMs são os modelos Llama e as representações de codificadores bidirecionais, como BERT e RoBERTa.
- () LLM é um modelo de aprendizado de máquina que pode ser usado na inteligência artificial generativa, capaz de executar diferentes funções. Os LLM são treinados a partir de grandes volumes de dados.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada,

- (A) V – F – V.
- (B) V – F – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

Conhecimentos de Legislação Direito Constitucional

21

Após preencher os requisitos estabelecidos pela ordem jurídica vigente, Maria, ocupante apenas de cargo de provimento em comissão no âmbito do Município *Delta*, teve deferida a sua aposentadoria voluntária pela estrutura de poder competente. Passados alguns anos e preocupada com a possibilidade de o Tribunal de Contas detectar alguma irregularidade no ato de aposentação, com risco para a continuidade na percepção dos seus proventos, Maria consultou um especialista na matéria.

Foi corretamente esclarecido a Maria que o Tribunal de Contas:

- (A) não tem competência para apreciar o seu ato de aposentação para fins de registro.
- (B) deve apreciar o ato de aposentação no prazo de cinco anos, a contar da sua expedição, caso contrário, o ato se tornará imutável.
- (C) deve apreciar o ato de aposentação no prazo de cinco anos, a contar do ingresso do processo administrativo no Tribunal, caso contrário, o ato se tornará imutável.
- (D) deve apreciar o ato de aposentação no prazo de cinco anos, a contar da sua expedição, caso contrário, devem ser observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa para que o registro seja negado.
- (E) deve apreciar o ato de aposentação no prazo de cinco anos, a contar do ingresso do processo administrativo no Tribunal, caso contrário, devem ser observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa para que o registro seja negado.

22

A Constituição da República dispôs sobre a existência de um direito fundamental de segunda dimensão, em norma de eficácia contida e aplicabilidade imediata, que foi objeto da Lei Estadual nº Y (LEY), que não permitiu a sua fruição por Joana. Em momento posterior, foi promulgada a Emenda Constitucional nº W (ECW), que inseriu na ordem constitucional norma de eficácia limitada e princípio programático incompatível com a LEY.

Na situação descrita, é correto afirmar que:

- (A) a LEY não foi recepcionada, logo, Joana pode fruir o direito.
- (B) a norma introduzida pela ECW carece de regulamentação que integre a sua eficácia, logo, Joana não pode fruir o direito.
- (C) a norma constitucional originária ficou sem regulamentação com a não recepção da LEY, logo, Joana não pode fruir o direito.
- (D) a norma introduzida pela ECW não afetou a sistemática constitucional aplicável à situação de Joana, que permanece inalterada.
- (E) a LEY continua em vigor até ser revogada por outra lei, logo, a situação de Joana continua regida pelo conjunto normativo também integrado pela norma constitucional originária.

23

Ao apresentar o seu voto, em um processo administrativo em tramitação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado *Alfa*, o Conselheiro relator sustentou que a interpretação de determinado preceito constitucional, que deveria influir na identificação da juridicidade dos atos praticados pelo gestor, deveria ser influenciada pelas vicissitudes do ambiente sociopolítico, de modo que não deve ser reconhecida uma correspondência biunívoca entre significativo interpretado e significado normativo. No curso da atividade intelectual conduzida pelo intérprete, no momento da resolução das conflitualidades intrínsecas de cunho linguístico, a preterição de alguns significados harmônicos com o significativo interpretado, optando-se por outro igualmente harmônico, mostra-se legítima e compatível com a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição.

Considerando a situação descrita, é correto afirmar que a linha argumentativa apresentada pelo intérprete é:

- (A) incompatível com a tópica pura.
- (B) compatível com o realismo jurídico.
- (C) compatível com as construções originalistas.
- (D) incompatível com o pensamento problemático.
- (E) incompatível com a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.

24

O Tribunal de Contas de determinado ente federativo encaminhou projeto de lei ao Poder Legislativo dispondo sobre o exercício do poder cautelar por parte desse Tribunal. A primeira medida prevista no projeto consiste na possibilidade de ser decretada constrição patrimonial por prazo não superior a um ano. A segunda medida prevista no projeto autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, de modo que as cautelares possam alcançar os administradores das pessoas jurídicas que tenham celebrado ajustes considerados ilícitos e lesivos ao erário. Por fim, a terceira medida prevê a possibilidade de as cautelares serem adotadas *inautida altera pars*, de modo a assegurar a sua efetividade, sem prejuízo da ulterior e plena observância das garantias constitucionais.

Ao analisar o projeto, a Comissão de Constituição e Justiça da Casa Legislativa concluiu corretamente, na perspectiva da conformidade constitucional, que:

- (A) as três medidas são constitucionais.
- (B) apenas a primeira medida é constitucional.
- (C) apenas a segunda medida é constitucional.
- (D) apenas a primeira e a terceira medidas são constitucionais.
- (E) apenas a primeira e a segunda medidas são constitucionais.

25

Determinada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em atuação no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, foi instalada com o objetivo de identificar as razões do não pagamento da dívida fundada, no exercício financeiro anterior, sem motivo de força maior, e os desvios de recursos públicos que estariam associados a esses acontecimentos.

Em sua reunião inicial, a CPI deliberou, de forma fundamentada, pela adoção das seguintes medidas:

- I. convocação do Procurador-Geral de Justiça, para que esclareça as medidas adotadas em relação ao objeto de apuração;
- II. quebra do sigilo bancário de agentes públicos e privados diretamente envolvidos nos fatos descritos; e
- III. interceptação telefônica dos agentes públicos diretamente envolvidos nos fatos descritos.

Essas medidas resultaram em grande resistência dos agentes aos quais eram direcionadas, que alegavam sua inconstitucionalidade.

Considerando os balizamentos estabelecidos na Constituição da República, é correto afirmar, em relação às três medidas adotadas, que:

- (A) todas são constitucionais.
- (B) apenas a medida I é constitucional.
- (C) apenas a medida II é constitucional.
- (D) apenas as medidas I e III são constitucionais.
- (E) apenas as medidas II e III são constitucionais.

Direito Administrativo

26

O Estado de Pernambuco publicou edital de licitação visando à celebração de contrato administrativo de concessão de serviço público. Interessada em participar do referido processo licitatório, a sociedade empresária *Emprega Mais*, por meio dos seus representantes legais, buscou maiores informações sobre os regramentos aplicáveis à futura avença.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.
- () É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
- () A outorga de subconcessão será facultativamente precedida de concorrência.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

27

Ao cumprir o feixe de atribuições previstas no ordenamento jurídico, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, por meio de auditores de controle externo, procedeu à fiscalização da atuação da Secretaria de Saúde do Município *Alfa* e da autarquia *Mais Saúde*, no âmbito do Município *Beta*.

Nesse cenário, considerando os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a:

- (A) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* é manifestação da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia *Mais Saúde* não é proveniente da desconcentração, tampouco da descentralização administrativa.
- (B) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* é manifestação da desconcentração administrativa. Lado outro, a autarquia *Mais Saúde* é proveniente da descentralização administrativa.
- (C) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* é manifestação da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia *Mais Saúde* é proveniente da desconcentração administrativa.
- (D) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* e a autarquia *Mais Saúde* são manifestações da desconcentração administrativa.
- (E) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* e a autarquia *Mais Saúde* são manifestações da descentralização administrativa.

28

O Município *Alfa* pretende publicar edital de licitação visando à aquisição de insumos de saúde para abastecer a rede local de hospitais, implementando os direitos fundamentais insculpidos no texto constitucional.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.
- II. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- III. Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

É correto afirmar que, no processo licitatório, observar-se-á o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

29

Durante a construção de um novo hospital público, Caio, servidor no Município *Alfa*, Estado de Pernambuco, liberou, dolosamente, verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes, dando azo à lesividade relevante ao bem jurídico tutelado. Registre-se que os fatos chegaram ao conhecimento do Tribunal de Contas estadual.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir.

- I. Caio responderá pela prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- II. Em caso de condenação, Caio perderá a função pública, terá a suspensão dos direitos políticos por até catorze anos, pagará multa civil equivalente ao valor do dano e estará sujeito à proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a catorze anos.
- III. A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa em detrimento de Caio prescreve em quatro anos, contados a partir da ocorrência do fato.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

30

José, Secretário do Município *Alfa*, no Estado de Pernambuco, tinha audiência marcada com auditores externos do Tribunal de Contas estadual. Ao conduzir o seu veículo automotor até o local da reunião, José, em excesso de velocidade, acabou por ser multado por um radar devidamente sinalizado e em funcionamento.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a multa de trânsito é uma manifestação do poder (de):

- (A) disciplinar, sendo certo que o seu exercício não pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- (B) hierárquico, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- (C) disciplinar, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- (D) polícia, sendo certo que o seu exercício não pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- (E) polícia, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.

Direito Financeiro

31

Durante o segundo semestre do exercício financeiro, o Governador do Estado *Alfa* editou decreto para abertura de créditos suplementares, alegando aumento na arrecadação de receitas correntes. A justificativa técnica baseou-se em autorização constante da Lei Orçamentária Anual, que previa a possibilidade genérica de abertura desses créditos. O Tribunal de Contas estadual questionou a validade do decreto, alegando ausência de lei específica para cada abertura.

Diante desse cenário e à luz da legislação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autorização genérica constante da Lei Orçamentária é suficiente para legitimar a abertura de créditos suplementares por decreto do Executivo, desde que comprovada a disponibilidade de recursos.
- (B) A abertura de créditos suplementares depende sempre de autorização legislativa específica para cada ato, não se admitindo autorização genérica.
- (C) A abertura do crédito suplementar exige tanto autorização legislativa específica quanto utilização exclusiva de recursos provenientes da anulação de outras dotações orçamentárias.
- (D) O aumento da arrecadação é fundamento legítimo para abertura de créditos especiais, mas não para créditos suplementares, que exigem compensação por corte em despesas.
- (E) A abertura de crédito suplementar por decreto, sem autorização legislativa específica, é válida apenas se houver reconhecimento de estado de calamidade pública ou urgência extrema.

32

A Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* aprovou lei estadual que concede redução de alíquota do ICMS incidente sobre bebidas fermentadas produzidas com matérias-primas regionais, como a fécula de mandioca, com base em convênio de ICMS.

A norma, sancionada pelo Governador, não foi instruída com estudo de impacto orçamentário-financeiro nem acompanhada de medidas compensatórias.

À luz da legislação e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei deve ser instruída com estudo de impacto orçamentário-financeiro e acompanhada de medidas compensatórias, sob pena de inconstitucionalidade formal.
- (B) A norma é formalmente válida, pois tratando-se de arrecadação para o futuro, não há de se falar em renúncia fiscal que exija medidas compensatórias.
- (C) A ausência de dotação orçamentária prévia apenas impede a aplicação da norma no respectivo exercício financeiro, sem que disso resulte vício de inconstitucionalidade.
- (D) A norma do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que prevê a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para proposições legislativas que concedam renúncia fiscal aplica-se somente à União Federal.
- (E) A celebração de convênio no Conselho Nacional de Política Fazendária suprime a exigência de estimativa de impacto fiscal, pois a autorização dos Estados substitui o controle de responsabilidade orçamentária.

33

O Tribunal de Contas do Estado *Beta* realizou auditoria na execução orçamentária do Poder Legislativo do respectivo Estado e identificou que, nos quatro quadrimestres anteriores, a despesa total com pessoal daquele Poder ultrapassou o limite legal de 6% da receita corrente líquida, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em resposta, a presidência da Casa Legislativa alegou que parte dos pagamentos correspondeu a horas extras de servidores, indenizações por demissão e contratos de terceirização de serviços de limpeza e segurança.

Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a jurisprudência pertinente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os contratos de terceirização que substituam servidores públicos devem ser incluídos na apuração da despesa total com pessoal, conforme §1º do Art. 18 da LRF.
- (B) As horas extras, por constituírem despesas de natureza variável e eventual, não integram a despesa total com pessoal.
- (C) As indenizações por demissão de servidores são despesas obrigatórias permanentes e devem ser computadas nos limites de pessoal.
- (D) O descumprimento do limite legal por mais de um quadrimestre consecutivo não acarreta sanções, desde que a despesa esteja dentro do limite global anual de 60% para o ente federado.
- (E) A apuração da despesa com pessoal deve ser feita com base na receita corrente líquida de cada mês, isoladamente, e no regime de caixa.

34

O Município de Gama, por iniciativa do Prefeito, elaborou projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026. Durante a tramitação legislativa, foram apresentadas diversas emendas parlamentares que criavam novos programas e ações, além de ampliarem despesas correntes sem indicação das fontes de recursos correspondentes. A Procuradoria-Geral do Município questionou a validade dessas emendas.

Com base na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- (A) A Constituição proíbe qualquer emenda ao projeto da LOA que implique aumento de despesas, mesmo com anulação de outras.
- (B) O Poder Legislativo pode apresentar emendas à LOA, desde que compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e que indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas.
- (C) A Constituição exige que as emendas parlamentares à LOA sejam aprovadas por maioria absoluta, independentemente do conteúdo financeiro.
- (D) A elaboração do projeto de LOA é de competência concorrente entre o Executivo e o Legislativo, devendo sua aprovação ocorrer por decreto legislativo.
- (E) As emendas parlamentares individuais não estão sujeitas a qualquer limitação, pois decorrem da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

Direito Civil

35

Roberta, comerciante individual, contraiu Covid-19 em 2022 e apresentou complicações graves. Durante a internação, os médicos alertaram a família de que ela necessitava com urgência de um medicamento de alto custo que não estava disponível no SUS. Diante da situação crítica, Roberta, sob forte abalo emocional, firmou contrato particular com Leandro, seu vizinho, no qual se comprometeu a transferir a ele um imóvel avaliado em R\$ 600.000,00 em troca do pagamento imediato de R\$ 100.000,00 pelo medicamento.

A transação foi formalizada por escritura pública no cartório, ainda durante o período de internação. Após a recuperação e retorno às suas atividades, Roberta, com o auxílio de advogado, ajuizou ação para anular o negócio jurídico, alegando que agiu em estado de perigo, e que Leandro se aproveitou da situação extrema para obter vantagem manifestamente excessiva.

A ação foi proposta quase cinco anos após a celebração do contrato, e Leandro alegou em contestação que o prazo para anular o negócio havia se encerrado.

Com base na legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação de anulação do negócio jurídico é imprescritível, pois o vício decorre de estado de necessidade, o que justifica a sua revisão a qualquer tempo.
- (B) O contrato é nulo de pleno direito, pois o estado de perigo afeta a validade do negócio jurídico, tornando-o inexistente.
- (C) A validade do contrato não pode ser questionada, pois Roberta agiu com autonomia e consciência, e a situação de risco não interfere na formação válida da vontade negocial.
- (D) O contrato é anulável, mas o prazo decadencial para ajuizar a ação é de dois anos, contados da cessação do estado de perigo, e a ação foi proposta dentro desse prazo.
- (E) A ação de anulação do contrato deve ser julgada improcedente, pois, mesmo havendo estado de perigo, o prazo decadencial de quatro anos para propositura da ação foi ultrapassado.

36

Em 10 de março de 2018, Ana, Beatriz e Carla assinaram um contrato de empréstimo com a instituição financeira Zeta S/A no valor de R\$ 300.000,00, comprometendo-se a pagar o montante em conjunto e solidariamente. O contrato foi garantido por fiança prestada por Daniel, irmão de Ana, que se obrigou como fiador e principal pagador, sem qualquer cláusula de renúncia ao benefício de ordem.

O contrato previa vencimento único para 10 de março de 2019. O pagamento não foi realizado. Em 8 de março de 2021, a instituição credora ingressou com ação judicial apenas contra Carla, uma das devedoras solidária.

Diante desse cenário, considerando as regras de prescrição previstas no Código Civil e a interpretação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção correta.

- (A) A interrupção da prescrição ocorrida na ação contra Carla não envolve Beatriz nem prejudica Daniel, pois, como não foram citados na ação, o prazo prescricional continuou a correr em relação a ambos.
- (B) A interrupção da prescrição contra Carla envolve Beatriz, por se tratar de obrigação solidária, mas não prejudica Daniel, pois a interrupção da prescrição só atinge o fiador quando este é citado diretamente na demanda.
- (C) A interrupção da prescrição contra Carla não envolve Beatriz, por se tratar de pessoa distinta e não ter havido citação contra ela, mas prejudica Daniel, pois a interrupção contra um devedor solidário atinge o fiador.
- (D) A interrupção da prescrição contra Carla envolve Beatriz, por força da solidariedade, e prejudica Daniel, fiador, independentemente de citação direta desses sujeitos.
- (E) A interrupção da prescrição contra Carla só poderia envolver Beatriz e prejudicar Daniel se ambos tivessem sido citados na mesma ação judicial, pois, na ausência de litisconsórcio, cada coobrigado responde isoladamente.

37

Túlio, ciclista amador, pedalava em via pública de zona rural aberta ao tráfego, quando foi surpreendido por um cavalo solto que cruzou a estrada inesperadamente, provocando sua queda. Túlio sofreu fraturas no braço e na clavícula, ficando afastado do trabalho por 60 dias. Após investigação, verificou-se que o cavalo pertencia a um pequeno produtor rural da região, Sr. Olavo, cujo terreno é contíguo à estrada. A cerca da propriedade apresentava trechos danificados, permitindo a fuga dos animais.

O Sr. Olavo alegou em sua defesa que desconhecia o defeito na cerca e que o animal nunca havia fugido antes, acrescentando que o acidente só ocorreu porque Túlio trafegava em alta velocidade e não conseguiu frear a tempo.

Diante da situação hipotética e com base na legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) A responsabilidade do dono do animal depende da prova de culpa, e, no caso, a ausência de dolo ou negligência por parte do Sr. Olavo rompe o nexo de causalidade e afasta o dever de indenizar.
- (B) A responsabilidade objetiva do Sr. Olavo está afastada porque o animal agiu por impulso instintivo e o acidente se deu em via pública, rompendo o nexo causal entre sua conduta e o dano sofrido.
- (C) A responsabilidade do Sr. Olavo decorre do risco inerente à guarda do animal, e ele somente será exonerado do dever de indenizar se provar que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima ou por força maior.
- (D) A conduta do ciclista em trafegar em alta velocidade configura culpa concorrente, o que, de acordo com a legislação civil, elimina o dever de indenizar por ausência de nexo de causalidade.
- (E) Como não houve conduta omissiva direta do Sr. Olavo e o dano foi causado por ato autônomo do animal, o risco da atividade é afastado, não se configurando responsabilidade objetiva.

Direito Processual Civil

38

Rafael ajuizou ação em face de Antônio, na qual pleiteou a condenação do réu ao pagamento de indenização a título de danos materiais, sustentando que seu imóvel sofreu avarias em razão do desabamento de propriedade irregularmente construída por Antônio.

Na decisão de saneamento e organização do processo, o juízo, de ofício, determinou a inversão do ônus da prova para impor ao réu o ônus de demonstrar a regularidade da construção, entendendo que Antônio teria melhor condição de se desincumbir do referido ônus.

Tomando o caso acima como premissa, é correto afirmar que:

- (A) o Magistrado agiu incorretamente, pois o ônus da prova do fato constitutivo do direito é taxativamente do autor, sendo vedada a inversão do referido ônus.
- (B) o Magistrado, com efeito, atuou de forma equivocada, pois a inversão do ônus da prova somente é cabível nas ações envolvendo relações de consumo.
- (C) a redistribuição do ônus da prova é cabível na hipótese narrada, pois há maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário por parte do réu.
- (D) não há nulidade no caso, sendo possível ao Juiz inverter o ônus da prova até a sentença.
- (E) em que pese a possibilidade de inversão do ônus da prova, essa dependeria necessariamente de requerimento das partes, vedada a iniciativa de ofício do magistrado.

39

Tatiana, Rodrigo e Soraia, estudiosos do Direito Processual, debatiam a respeito da coisa julgada. Tatiana, inicialmente, aduziu que a coisa julgada material consiste na autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito, não estando mais sujeita a recurso. Em seguida, Rodrigo afirmou que os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, não fazem coisa julgada. Por fim, Soraia indicou que a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada e prejudica terceiros.

Sobre os posicionamentos a respeito da coisa julgada apresentados no debate acima, é correto afirmar que:

- (A) todos estão corretos em suas afirmações.
- (B) somente Tatiana e Rodrigo estão corretos em suas afirmações.
- (C) somente Tatiana e Soraia estão corretas em suas afirmações.
- (D) somente Rodrigo e Soraia estão corretos em suas afirmações.
- (E) somente Rodrigo está correto em sua afirmação.

40

Os atos administrativos constituem a exteriorização da vontade da Administração Pública. Em tal contexto, o controle judicial dos atos administrativos é vetor de checagem da legalidade da atuação da Administração.

Tomando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal como premissas, sobre o controle judicial dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) cabe ao Poder Judiciário, em regra, se imiscuir nos critérios de correção de provas e de atribuição de notas em concurso público.
- (B) é vedado à Justiça reapreciar os aspectos vinculados do ato administrativo que exclui candidato em concurso público.
- (C) a motivação do ato administrativo deve ser anterior ou concomitante à sua prática, não podendo ser construída em virtude de ação judicial.
- (D) o controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar é amplo, podendo adentrar no mérito administrativo.
- (E) é ônus da Administração Pública provar a legitimidade e a veracidade do ato administrativo em juízo, por se tratar de fato constitutivo de seu direito.

Conhecimentos Específicos (Contas Públicas de Saúde)

Auditoria Governamental

41

Quanto às fases de auditoria governamental, assinale a afirmativa correta.

- (A) A matriz de planejamento, uma vez elaborada, não pode ser modificada ao curso da execução da auditoria, sob o risco de invalidar o procedimento auditorial.
- (B) Na matriz de achado, são arrolados os responsáveis pelas irregularidades detectadas, sendo apontadas as condutas, o nexo causal e o resultado.
- (C) A análise preliminar objetiva a aquisição de conhecimento substantivo sobre o objeto auditado e consiste no levantamento de informações relevantes sobre aquele, permitindo analisar diferentes desenhos de auditoria e verificar se há critérios e dados necessários disponíveis.
- (D) Os critérios de auditoria são definidos quando da elaboração do relatório pois, somente após verificação das situações encontradas é que é possível identificar as normas violadas.
- (E) A entrevista com gestores, como procedimento de auditoria que é, somente pode ser realizada na fase de execução da auditoria governamental.

42

Um determinado Auditor de Controle Externo precisa planejar uma auditoria governamental em relação à produção de medicamentos para atendimento ao sistema de saúde por empresa pública do estado. Ele pretende aferir a relação entre a produção de medicamentos e os custos dos insumos utilizados. Pretende também avaliar o alcance da cobertura da dispensação dos medicamentos nas Unidades de Saúde, a partir da produção realizada nos últimos três exercícios.

Considerando a situação hipotética relatada, assinale a opção que apresenta a espécie de auditoria governamental que melhor atende ao objetivo do auditor.

- (A) Auditoria operacional.
- (B) Auditoria de conformidade.
- (C) Avaliação de políticas públicas.
- (D) Auditoria de conformidade combinada com auditoria operacional.
- (E) Auditoria operacional combinada com avaliação de políticas públicas.

43

Para que uma Entidade de Fiscalização Superior preserve sua reputação, credibilidade e capacidade de atuação, é executada uma avaliação periódica como parte do processo de auditoria. Esse procedimento é conduzido por pessoa independente do processo de auditoria avaliado e tem como objetivo garantir a qualidade e a conformidade das atividades desempenhadas.

O procedimento descrito diz respeito a:

- (A) monitoramento.
- (B) obtenção de evidências.
- (C) supervisão de auditoria.
- (D) análise de causa e efeito.
- (E) sistema de controle de qualidade.

44

Quanto ao risco de auditoria, assinale a afirmativa correta.

- (A) O risco de auditoria somente é pertinente em trabalhos de certificação.
- (B) O risco de auditoria somente é pertinente em trabalhos de relatório direto.
- (C) O auditor deve considerar três dimensões diferentes do risco de auditoria - risco inerente, risco de controle e risco de detecção.
- (D) O risco de auditoria é o conjunto de restrições que pode impedir um auditor de obter evidências suficientes e adequadas para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras de uma entidade.
- (E) A importância das dimensões do risco de auditoria varia conforme a natureza da entidade, tipo de asseguuração pretendida (razoável ou limitada) e se o trabalho se caracteriza como relatório direto ou de certificação.

Gestão da Saúde Pública

45

Sobre os processos de Fiscalização e Monitoramento da Vigilância Sanitária, relacione as áreas listadas a seguir às respectivas definições.

1. Monitoramento
2. Farmacovigilância
3. VigiMed
4. Tecnovigilância
5. Biovigilância

- () É a vigilância dos eventos adversos e queixas técnicas de equipamentos, de produtos de diagnósticos de uso *in vitro* e de materiais de uso de saúde.
- () É um conjunto de ações de monitoramento e controle que abrangem todo o ciclo do uso terapêutico de células, tecidos e órgãos humanos, desde a doação até a evolução clínica do receptor e do doador vivo com a finalidade de obter informações relacionadas aos eventos adversos para prevenir sua ocorrência ou recorrência.
- () É a vigilância de eventos adversos aos medicamentos e vacinas.
- () É o processo de coleta sistemática de dados de segurança dos produtos, da análise e interpretação de dados e outras informações, da adoção de medida de prevenção e controle, da avaliação da medida adotada e da disseminação de informações sobre um produto autorizado para o uso humano, pela Anvisa.
- () É o sistema da Anvisa para recebimento de notificações de eventos adversos a medicamentos e vacinas.

A sequência correta, segundo a ordem apresentada, é:

- (A) 1 – 2 – 5 – 3 – 4.
- (B) 4 – 5 – 2 – 1 – 3.
- (C) 1 – 5 – 2 – 3 – 4.
- (D) 4 – 5 – 1 – 2 – 3.
- (E) 4 – 2 – 5 – 1 – 3.

46

A Lei nº 8.080/1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Com base nas disposições dessa Lei, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa

- () A Lei define que o dever do Estado exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.
- () Nas disposições gerais define-se que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- () A disposição preliminar da Lei afirma que ela regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.

As afirmativas são, na ordem apresentada,

- (A) F – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – F.

47

A Lei nº 8.080/1990 dispõe que “o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).”

Com base nessa definição, analise os itens a seguir sobre instituições incluídas no disposto.

- I. As instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.
- II. As instituições públicas federais, estaduais, municipais e privadas de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.
- III. As instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde, e a iniciativa privada em caráter complementar.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

48

A Lei nº 14.572/2023 passa a incluir nos objetivos e atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de:

- (A) saúde bucal.
- (B) vigilância sanitária.
- (C) saneamento básico.
- (D) vigilância epidemiológica.
- (E) assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.

49

O art. 2º sobre os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) determina que os recursos serão alocados como:

- (A) despesas de custeio do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.
- (B) despesas de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.
- (C) investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional.
- (D) investimentos previstos no Plano anual do Ministério da Saúde.
- (E) investimentos previstos no Plano bienal do Ministério da Saúde.

50

Com base no artigo 30 da Constituição Federal de 1988, avalie as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F) quanto às competências dos Municípios.

- () Legislar sobre assuntos de interesse local.
- () Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- () Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação municipal.
- () Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

As afirmativas são, na ordem apresentada:

- (A) V – V – V – V.
- (B) V – V – V – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) V – F – F – V.
- (E) V – F – V – V.

51

Sobre a iniciativa privada na assistência à saúde é correto afirmar que:

- (A) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
- (B) as instituições privadas não poderão participar do Sistema Único de Saúde.
- (C) as instituições privadas poderão participar do Sistema Único de Saúde sem diferenciação entre as entidades filantrópicas e as com fins lucrativos.
- (D) os recursos públicos podem ser destinados a auxílios ou subvenções para instituições privadas com fins lucrativos.
- (E) as empresas ou capitais estrangeiros podem participar, direta ou indiretamente, da assistência à saúde no país.

52

A Regulação se organiza em diferentes dimensões, necessariamente integradas entre si.

Com base nessa estrutura, são exemplos corretos de ações da Regulação do Sistema de Saúde:

- (A) elaboração de decretos, normas e portarias que dizem respeito às funções de gestão; cadastramento de estabelecimentos e profissionais de saúde no Sistema do Cadastro nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).
- (B) planejamento, financiamento e fiscalização de sistemas de saúde; cadastramento de estabelecimentos e profissionais de saúde no SCNES e regulação da saúde suplementar.
- (C) controle social e ouvidoria em saúde; vigilância sanitária e epidemiológica; regulação da saúde suplementar; avaliação e incorporação de tecnologias em saúde.
- (D) controle social e ouvidoria em saúde; regulação da saúde suplementar; utilização de sistemas de informação que subsidiam os cadastros, a produção e a regulação do acesso.
- (E) cadastramento de estabelecimentos e profissionais de saúde no SCNES; controle social e ouvidoria em saúde; vigilância sanitária e epidemiológica; e regulação da saúde suplementar.

53

O conceito de transição demográfica foi formulado à luz da relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento socioeconômico.

A respeito do fenômeno da transição demográfica é correto afirmar que:

- (A) possui etapas bem delimitadas e ocorre da mesma forma em diferentes sociedades.
- (B) na segunda fase da transição, são observadas a redução das taxas de natalidade e o aumento das taxas de mortalidade.
- (C) possui fases e, na pré-transição, tanto os níveis de mortalidade quanto os de natalidade se mantêm elevados.
- (D) ocorre de forma distinta em diferentes locais, podendo ser observadas diversas fases, simultaneamente, em uma mesma sociedade.
- (E) na segunda fase, são observadas taxas de natalidade elevadas e estáveis, acompanhadas de taxas de mortalidade baixas e estáveis, o crescimento vegetativo da população é baixo e sua estrutura etária é jovem.

54

O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) é um sistema de registro de receitas totais e despesas públicas em saúde de todos os entes federados. Trata-se do único sistema de informação do Brasil com informações orçamentárias públicas de saúde.

Sobre esse sistema de informações é correto afirmar que:

- (A) o SIOPS permite o monitoramento do cumprimento da aplicação mínima de recursos em ações e serviços públicos de saúde.
- (B) os gestores dos entes federados devem informar, anualmente, no sistema, suas receitas totais e despesas públicas em saúde.
- (C) o preenchimento do SIOPS é obrigatório, mas sua ausência não implica em medidas administrativas, conforme Lei Complementar nº 141/2012.
- (D) o relatório, de acesso restrito, permite maior transparência quanto à execução dos recursos em saúde pública.
- (E) as informações prestadas são provenientes do setor responsável pela contabilidade de Estados, Municípios e Distrito Federal.

55

O e-SUS APS é uma estratégia da Secretaria de Atenção Primária para reestruturar as informações da Atenção Primária à Saúde em nível nacional. Esta ação está alinhada com a proposta mais geral de reestruturação dos sistemas de informação em saúde do Ministério da Saúde, entendendo que a qualificação da gestão da informação é fundamental para ampliar a qualidade no atendimento à população.

A respeito da Estratégia e-SUS, analise as afirmativas a seguir.

- I. Trata-se de uma informatização qualificada do Sistema Único de Saúde (SUS).
- II. Objetiva consolidar o modelo de gestão de informação já existente.
- III. Apoia a qualificação do cuidado dos usuários mediante o aprimoramento da coleta e da análise de dados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

56

Considerando a relação público-privada estabelecida no modelo das Organizações Sociais de Saúde (OSS), assinale a afirmativa correta.

- (A) As OSS são qualificadas como sem fins lucrativos e, por isso, não integram o setor privado.
- (B) As OSS viabilizam acordos comerciais que favorecem fornecedores e prestadores de serviços diversos, sem fomentar a expansão desse conglomerado empresarial no mercado.
- (C) A legislação aplicada às OSS apresenta sucessivas edições de novas leis e decretos, com a intenção de conferir legalidade a ações administrativas anteriormente não previstas em contratos e termos aditivos.
- (D) A seleção parcial das OSS com pré-requisitos similares para qualificação contempla o princípio da isonomia.
- (E) A forma como os contratos e os termos aditivos das OSS são organizados atende aos princípios da administração pública.

57

A Portaria GM/MS nº 635/2023 institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde, as eMulti.

Com base nessa normativa, assinale a opção que descreve corretamente as características das equipes eMulti.

- (A) As eMulti são equipes compostas por profissionais de saúde de diferentes especialidades médicas que atuam de maneira complementar e integrada às demais equipes da Atenção Primária à Saúde.
- (B) As modalidades de eMulti são definidas de acordo com a carga horária das equipes, o tempo de serviço, a natureza da atuação e a área geográfica de abrangência.
- (C) As eMulti são incumbidas do desenvolvimento da integralidade das ações de atendimento individual, em grupo e domiciliar; atividades coletivas; apoio matricial; discussões de casos e atendimento compartilhado entre profissionais e equipes, entre outros.
- (D) As eMulti são classificadas em quatro modalidades: eMulti Ampliada, Complementar, Estratégica e da Família.
- (E) Todas as modalidades de eMulti devem ter o mínimo de uma carga horária individual médica de 30 horas semanais, exigida por equipe.

58

O Plano Nacional de Saúde 2024-2027 traz um panorama atualizado da epidemiologia das morbidades transmissíveis.

A respeito de algumas das principais doenças transmissíveis de importância epidemiológica no Brasil, analise as afirmativas a seguir.

- I. No que se refere à raiva, nos últimos dez anos, foram confirmados diversos casos da doença em humanos, sendo majoritariamente transmitida por morcegos.
- II. O número de casos prováveis de chikungunya teve redução em 2023, quando comparado ao mesmo período de 2022.
- III. O esforço para controlar e prevenir a malária não demonstrou resultados positivos nas duas últimas décadas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

59

Os dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) referentes a 2010 e 2011, e do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) de 2023, permitem traçar um retrato fidedigno do perfil epidemiológico das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil.

A respeito do cenário das DCNT, assinale a afirmativa que descreve corretamente a evolução de sua incidência nas últimas décadas.

- (A) A prevalência de obesidade (IMC superior a 30 kg/m²) diminuiu de 2006 para 2023.
- (B) A prevalência de diabetes aumentou de 2006 para 2023, sendo menor entre as mulheres quando comparadas aos homens.
- (C) A prevalência de hipertensão arterial autorreferida diminuiu entre 2006 e 2023.
- (D) A proporção de mortalidade por DCNT do total de óbitos nacional diminuiu de 2010 para 2021.
- (E) As evidências científicas apontam que atuar em fatores de risco produz pouco impacto nas doenças cardiovasculares e diabetes tipo II, quando comparado ao impacto nos vários tipos de câncer.

60

Considerando a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) e a Política Nacional de Medicamentos (PNM), assinale a afirmativa que descreve corretamente uma política de medicamentos ou de assistência farmacêutica.

- (A) A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) é atualizada a cada quatro anos, sendo um grande desafio para os gestores do SUS.
- (B) O Programa Farmácia Popular do Brasil tem como objetivo principal a ampliação do acesso aos medicamentos por meio de uma rede própria de farmácias.
- (C) O Programa Farmácia Popular do Brasil está voltado para farmácias públicas, sem participação de estabelecimentos privados.
- (D) A expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil é denominada "Aqui Tem Farmácia Popular".
- (E) O Programa Farmácia Popular do Brasil contempla o tratamento para 4 indicações, ao todo.

Orçamento em Saúde Pública

61

A Emenda Constitucional nº 95/2016, instituiu o Novo Regime Fiscal ao alterar o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Considerando o disposto por essa emenda, é correto afirmar que as novas regras implementadas:

- (A) levaram em conta as taxas de crescimento econômico e as demográficas dos 20 anos anteriores, para nortear os investimentos necessários.
- (B) possibilitaram a manutenção e expansão dos serviços públicos e a incorporação de inovações tecnológicas.
- (C) favoreceram o aumento de remuneração, de contratação de pessoal e a reestruturação de carreiras.
- (D) fixaram um regime fiscal indiferente para a autonomia da gestão do orçamento público.
- (E) estabeleceram a desvinculação das despesas obrigatórias com saúde e educação.

62

A Lei Complementar nº 141/2012 regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo.

De acordo com a referida lei, para efeito de apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde:

- (A) o custeio e o investimento em hospitais universitários federais.
- (B) o pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores da saúde.
- (C) o dispêndio com a merenda escolar e com outros programas de alimentação executados em unidades do SUS.
- (D) o financiamento da limpeza urbana e da remoção de resíduos.
- (E) o investimento em obras de infraestrutura, realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde.

63

Sobre gastos públicos como fonte de financiamento da saúde, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O Estado brasileiro investe, proporcionalmente ao seu PIB, mais do que a média, quando comparado a outros países que adotam sistemas públicos universais de saúde.
- () Os gastos públicos constituem a principal fonte de financiamento da saúde na maior parte dos países do mundo
- () No Brasil existe uma assimetria significativa entre os recursos direcionados aos setores público e privado da saúde, e o respectivo atendimento à demanda de cada setor.

A sequência correta, segundo a ordem apresentada, é:

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) F – V – V.

64

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu limites mínimos orçamentários a serem aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

Considerando essas disposições constitucionais e suas regulamentações, assinale a afirmativa correta.

- (A) A União deve aplicar no mínimo 12% da receita corrente líquida (RCL) apurada no exercício financeiro das ASPS.
- (B) Os percentuais mínimos constitucionais para financiamento da saúde sempre foram calculados com base na RCL.
- (C) A Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como “Teto de Gastos”, restringia a ampliação das despesas do Poder Executivo Federal.
- (D) A dotação orçamentária aprovada para ASPS, estabelecida pela Lei nº 14.822/2024 (LOA 2024), não atingiu ao montante da RCL de referência para a PLOA 2024.
- (E) A Constituição define que o piso da saúde deve ser contabilizado com base na RCL efetivamente apurada no exercício, valor que permanece estável ao longo do ano.

65

A respeito da classificação das despesas públicas, relacione a tipologia à respectiva descrição.

- | | |
|---------------------------|--|
| 1. Despesa Obrigatória | () É aquela em que o gestor público possui flexibilidade quanto ao estabelecimento de seu montante e quanto à oportunidade de sua execução. |
| 2. Despesa Discricionária | () Contribui para a ampliação da oferta de bens e serviços de responsabilidade do Estado. |
| 3. Despesa Corrente | () Está prevista na Constituição ou em Lei. |
| 4. Despesa de Capital | () Caracteriza-se pela manutenção das atividades relacionadas à prestação dos bens e serviços de responsabilidade do Estado. |

A sequência correta, segundo a ordem apresentada, é:

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 4 – 2 – 1 – 3.
- (C) 1 – 3 – 2 – 4.
- (D) 2 – 4 – 1 – 3.
- (E) 4 – 2 – 3 – 1.

66

Sobre monitoramento e financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), analise as afirmativas a seguir.

- I. O Relatório Anual de Gestão (RAG) é um dos instrumentos de planejamento do SUS.
- II. O RAG acompanha e avalia as iniciativas operacionalizadas pela Programação Anual de Saúde (PAS) em consonância com o planejamento quinquenal expressado no Plano Nacional de Saúde (PNS), visando alcançar os objetivos do SUS.
- III. O modelo de gestão do SUS é descentralizado e alinhado às metas e indicadores do PNS 2024- 2027, às diretrizes, objetivos e metas do Plano Plurianual 2024-2027, às ações da Lei Orçamentária de cada ano, mas sem atuação do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs) do SUS

67

Uma criança de 10 anos de idade, sexo masculino, com queixa recente de perda de peso, polidipsia, poliúria e polifagia, procura um serviço de emergência de um hospital público. Sua glicemia, no momento da entrada, era de 500 mg/dL. O diagnóstico de diabetes tipo 1 foi estabelecido, o paciente foi internado e, depois de estabilizada a glicemia e controlado o quadro clínico, teve alta com prescrição e recomendações elaboradas pelo serviço de Endocrinologia do hospital, que segue à risca as diretrizes do Ministério da Saúde para o tratamento do diabetes tipo 1.

Tendo por base essa premissa, é correto afirmar que o tratamento a ser fornecido pelo hospital deve incluir:

- (A) sensores e leitores para monitorização não invasiva da glicemia, insulinas análogas de ação ultrarrápida e de ação prolongada.
- (B) insulinas e sistema de bomba de infusão automatizada de insulina.
- (C) insulina glargina, insulina asparte e agulhas e sensores para monitorização da glicemia capilar.
- (D) agulhas e sensores para monitorização da glicemia capilar, insulina NPH e insulina regular.
- (E) apenas insulina NPH e regular e o paciente deve ser orientado a procurar seus direitos na justiça.

68

Paciente, sexo feminino, 48 anos, apresenta há cerca de 1 mês poliúria e polidipsia. Procura Unidade Básica de Saúde, refere que há 5 anos não passava por consulta médica e informa que reparou aparecimento de estrias escuras em seu pescoço e axilas há cerca de 3 anos.

Sua médica solicita uma glicemia plasmática aleatória que evidencia um valor de 215 mg/dL. Apresenta índice de massa corporal (IMC) de 24 kg/m² e pressão arterial em consulta de 110x60 mmHg. Relata desconhecer comorbidades associadas, não faz uso de medicações de uso contínuo e nega histórico patológico pregresso. A paciente recebe inicialmente a prescrição de dapagliflozina 10mg, um comprimido uma vez ao dia.

Diante desse quadro, assinale a conduta médica adequada que respeite os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs).

- (A) Com esse nível de glicemia, a médica deveria iniciar imediatamente insulina NPH noturna.
- (B) A recomendação deve ser mudança de estilo de vida, como orientação nutricional e atividade física, e reavaliação em 3 meses, uma vez que a paciente não tem outras comorbidades e seu diagnóstico é recente.
- (C) A prescrição pertinente é de tratamento farmacológico duplo, com associação de metformina com glibenclâmida.
- (D) Deve-se iniciar imediatamente tratamento com metformina 850 mg, 3 vezes ao dia.
- (E) A indicação de início de monoterapia com dapagliflozina está correto, pois é o que preconiza o PCDT de diabetes *mellitus* tipo II.

69

Paciente feminina, 28 anos, previamente hígida, nega alergias medicamentosas e uso de medicamentos de uso contínuo atualmente. Faz acompanhamento regular na Clínica da Estratégia de Saúde da Família e, há um mês, ao descobrir que estava grávida, iniciou consultas de pré-natal.

No seu retorno, após a primeira consulta, traz o resultado de seu hemograma, listado a seguir: Hb: 10,6 g/dL // VCM 79fL // RDW 15% // Leucócitos 6.231/mm³, sem diferenciais // Plaquetas 480.000/mm³. Na consulta, a paciente está assintomática, nega fraqueza, cansaço ou dispneia. Ao exame físico, pressão arterial 110x70 mmHg, mucosas hidratadas e hipocoradas 1+/4+++, acianótica e anictérica; ausculta cardíaca e pulmonar sem particularidades.

A partir do quadro clínico apresentado, assinale a afirmativa que indica a conduta mais adequada.

- (A) Privilegiar mudanças alimentares, visando suprir carências alimentares e reavaliar em um mês.
- (B) Encaminhar a paciente para hospital de referência, para transfusão de concentrado de hemácias, por se tratar de uma gestante.
- (C) Começar tratamento com sacarato de hidróxido férrico intravenoso.
- (D) Iniciar tratamento com sulfato ferroso em conjunto com ácido fólico.
- (E) Dar início a investigação para detectar *Helicobacter pylori*.

70

Paciente masculino, 40 anos, professor universitário, ex-tabagista (cessou há 8 anos), tem diagnóstico de asma persistente grave desde a adolescência. No último ano, apresentou sintomas diariamente e alguns despertares noturnos ao longo da semana, com tosse seca e cansaço, uso de salbutamol como resgate diariamente e uma crise mais intensa, tratada em domicílio com prednisona por 5 dias. Está em tratamento regular com budesonida 400 mcg + formoterol 12 mcg, 2 jatos inalados a cada 12 horas, com técnica inalatória e adesão satisfatórias.

Faz acompanhamento, há 12 meses, com pneumologista do SUS especialista em asma grave que, diante de sintomas persistentes, solicitou estes exames:

- IgE total: 321 UI/mL
- Eosinófilos: 180 células/ μ L

Com base no caso descrito e nos critérios do SUS, assinale a opção que descreve a conduta correta do pneumologista.

- (A) Manter a prescrição prévia e orientar atenção às condições ambientais, pois o paciente não preenche critérios clínicos e nem laboratoriais para o início de imunobiológico.
- (B) Indicar Mepolizumabe, pois o paciente apresenta critérios laboratoriais compatíveis com asma eosinofílica.
- (C) Prescrever Omalizumabe, pois o paciente tem asma mal controlada e nível alto de IgE, justificando o início da medicação.
- (D) Aumentar a dose de terapia inalatória com corticoide e beta-agonista de longa duração.
- (E) Recomendar Prednisona 5mg/dia por via oral por pelo menos 6 meses, pois o Omalizumabe só pode ser indicado em pacientes com IgE total acima de 500 UI/mL.

71

Paciente masculino, 56 anos, tabagista, em tratamento para hipertensão arterial sistêmica e dislipidemia, nega outras comorbidades. Em consulta na Unidade Básica de Saúde, informa que há um mês teve alta hospitalar, após ser internado devido a um infarto agudo do miocárdio, com colocação de stent em artéria descendente anterior (ADA). Traz o laudo do cateterismo mostrando que, além da angioplastia da ADA, possui lesões com obstrução de 40% nas artérias coronárias direita e na circunflexa, que não foram abordadas. Vem em consulta para continuar seguimento clínico e traz exames de sangue realizados há 12 meses, e os últimos realizados no dia de sua alta hospitalar.

Os exames de 12 meses atrás e os atuais estão descritos a seguir.

Exames	Junho/2024	Junho/2025
Colesterol total	220	231
HDL	42	37
LDL	152	170
Triglicerídeos	130	119

Após o evento isquêmico, foram iniciadas as seguintes drogas: metoprolol 100mg ao dia, ácido acetilsalicílico 100mg ao dia e clopidogrel 75mg ao dia. Além disso, o paciente faz uso contínuo, há mais de 2 anos, de enalapril 10mg 1 comprimido de 12 em 12h, hidroclorotiazida 25 mg 1 comprimido pela manhã, anlodipino 10mg ao dia e sinvastatina 40mg ao dia.

Diante desta situação, assinale a opção que apresenta a melhor conduta para esse paciente.

- (A) Trocar a sinvastatina e prescrever atorvastatina em alta dose.
- (B) Prescrever evolocumab imediatamente e suspender a estatina.
- (C) Associar um fibrato ao esquema terapêutico.
- (D) Substituir a sinvastatina por ezetimiba 10mg ao dia.
- (E) Manter a dose de sinvastatina já usada e reforçar dieta hipolipídica associada à atividade física.

72

Homem, 77 anos, com insuficiência cardíaca (IC) de origem isquêmica há 12 anos, fração de ejeção do ventrículo esquerdo de 32% (eco mais recente). Em seguimento com cardiologista da Unidade de Referência, faz uso de: enalapril 20 mg 2x/dia, carvedilol 25 mg 2x/dia, espironolactona 25 mg/dia e furosemida 40 mg/dia.

Há 30 dias, as doses de carvedilol (50 mg/dia) e furosemida (80 mg/dia) foram temporariamente ajustadas. Na consulta atual, mantém dispneia aos esforços moderados, com leve limitação funcional (classe NYHA II), PA 120x80 mmHg, sem sinais de hipotensão.

Internado duas vezes no último ano por descompensação da IC, a última há 3 meses. Exames laboratoriais (30 dias): BNP (Peptídeo Natriurético Tipo B) = 120 pg/mL, creatinina = 1,2 mg/dL, potássio = 4,7 mEq/L.

Considerando o PCDT para IC com Fração de Ejeção Reduzida, a conduta farmacológica adequada neste momento é:

- (A) trocar o enalapril por outro inibidor de enzima conversora de angiotensina (iECA), pois o paciente não apresenta boa resposta clínica com o enalapril.
- (B) substituir iECA por sacubitril/valsartana, uma vez que o paciente apresenta sintomas persistentes e preenche os critérios clínicos e laboratoriais exigidos.
- (C) introduzir digoxina, devido às internações prévias e sintomas persistentes, mesmo com FEVE abaixo de 35%.
- (D) aumentar a dose da furosemida, pois o paciente apresenta BNP elevado, indicando sobrecarga volêmica residual.
- (E) iniciar hidralazina e nitrato de isossorbida, uma vez que o paciente apresenta classe funcional II e histórico de descompensações, o que justifica o uso precoce desses vasodilatadores.

73

Paciente, homem, 50 anos, comparece à Unidade Básica de Saúde relatando tentativa frustrada de cessação do tabagismo por conta própria. Fuma, em média, 20 cigarros por dia, há mais de 30 anos. Relata sintomas de abstinência intensa quando tenta parar, como irritabilidade, ansiedade e insônia. Ele tem diagnóstico prévio de hipertensão bem controlada. Suas medicações de uso contínuo são: enalapril 10mg, 1 comprimido de 12 em 12 horas e hidroclorotiazida 25 mg, 1 comprimido ao dia. Nega quaisquer outras comorbidades e nega histórico patológico prévio.

Após consulta com seu médico de família, opta por participar do tratamento para cessação do tabagismo. Durante a consulta, informa que, além do uso de cigarro, há 30 dias está fazendo uso de goma de nicotina comprada sem prescrição médica, mas com pouca adesão. Deseja iniciar o uso de medicamentos pelo SUS.

Considerando o PCDT do tabagismo, a conduta correta da equipe de saúde responsável pelo caso do paciente é:

- (A) incluir o paciente no protocolo apenas para tratamento medicamentoso, visto que já está utilizando Terapia de Reposição com Nicotina (TRN) sem sucesso.
- (B) oferecer a TRN combinada (adesivo e goma) imediatamente, mesmo com o paciente ainda fumando 20 cigarros por dia, pois há indícios de alta dependência e falha terapêutica prévia.
- (C) incluir o paciente no grupo multidisciplinar de cessação do tabagismo da Clínica de Saúde da Família, orientando interrupção da automedicação e início formal com acompanhamento para avaliação de tratamento medicamentoso.
- (D) encaminhar o paciente para atenção especializada, pois o uso anterior de TRN sem prescrição caracteriza falha terapêutica e exige avaliação por especialista em cessação do tabagismo.
- (E) negar a entrada do paciente no grupo multidisciplinar de cessação do tabagismo da Clínica de Saúde da Família, pois o mesmo já iniciou o uso de TRN de forma irregular, o que o exclui dos critérios do PCDT.

74

Recentemente, o Ministério da Saúde e a empresa que produz a terapia gênica para o tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME) assinaram um Acordo de Compartilhamento de Riscos (ACR) para que o SUS ofereça a terapia com onasemnogene abeparvovec-xioi (nome comercial Zolgensma®) aos pacientes do SUS portadores dessa doença.

Em relação a esse acordo, é correto afirmar que:

- (A) o repasse de recursos será realizado apenas se houver cura clínica após a administração do fármaco.
- (B) o modelo prevê pagamento escalonado, com possibilidade de interrupção conforme a resposta clínica observada.
- (C) a inclusão no programa contempla todos os subtipos clínicos da AME.
- (D) os critérios de elegibilidade exigem que os pacientes tenham entre dois e cinco anos de idade.
- (E) a necessidade de suporte ventilatório, ainda que intermitente, constitui impedimento para participação no programa.

75

Analisar as afirmativas a seguir, relativas ao Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) estabelecido para o tratamento da Leucemia Mielóide Crônica (LMC).

- I. O tratamento de primeira linha é feito com imatinibe, a não ser que haja contraindicação ao medicamento.
- II. O tratamento de terceira linha está indicado e é coberto pelo Ministério da Saúde quando o médico avaliar que sua eficácia será superior.
- III. O tratamento de segunda linha só pode ser iniciado após autorização formal do Ministério da Saúde.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

76

Um indivíduo do sexo masculino, 25 anos de idade, procura uma Clínica de Saúde da Família exigindo que lhe seja fornecido tratamento profilático antirretroviral Pré-Exposição (PreP), em comprimidos, pois ficou solteiro recentemente e tem tido relações sexuais frequentes com muitas pessoas.

Refere que não faz uso de preservativo e que, no próximo final de semana, se encontrará, por meio de aplicativo de relacionamento, com duas pessoas diferentes (com as quais nunca teve relação previamente).

O responsável pela Clínica respondeu que não estava indicada a distribuição do medicamento para a PReP nesta situação específica, segundo o disposto pelo Programa Nacional de HIV e AIDS do Ministério da Saúde, e que o medicamento teria que ser comprado pelo próprio indivíduo.

A conduta tomada pela Clínica da Família, à luz das diretrizes nacionais, foi:

- (A) correta, porque o medicamento só pode ser distribuído se a pessoa relatar que vai ter relações com uma parceria HIV+, o que não era o caso.
- (B) correta, porque as diretrizes federais são omissas em relação a eventuais indicações para o uso da PReP.
- (C) parcialmente correta, pois a PReP pode ser distribuída gratuitamente, desde que o paciente solicitante seja homem e informe que terá relações sexuais com outro(s) homem(ns), o que não foi o caso.
- (D) incorreta, uma vez que a distribuição da PReP está prevista nas diretrizes do Ministério em situações desse tipo.
- (E) incorreta, porque em situações como essa as diretrizes atuais preveem apenas o uso de PReP injetável, e isso é o que deveria ter sido proposto pelo médico da Clínica da Família.

77

Um paciente de 45 anos de idade foi diagnosticado com hepatite C, depois de fazer exames de rotina para avaliação de icterícia. Não possuía nenhum fator de risco para contrair hepatite C, porém havia sido transfundido ao nascer (em 1980), porque foi um prematuro extremo. Suas enzimas hepáticas – TGO, TGP e gama-GT – estavam aumentadas e havia fibrose hepática grau III no exame de Fibroscan.

O paciente entrou com ação na justiça solicitando que a União Federal e/ou o Estado de Pernambuco comprassem e fornecessem os medicamentos antivirais sofosbuvir e velpatasvir e custeasse os exames de carga viral, pedindo também tutela antecipada.

Com base nas diretrizes do SUS para o tratamento da hepatite C, assinale a afirmativa que apresenta corretamente a orientação do médico especialista — que atua como assistente técnico do Estado — destinada a embasar a defesa da União e do Estado frente à solicitação do paciente.

- (A) Defender que não há evidências médicas que sustentem a necessidade de tratamento anti-HCV para esse paciente.
- (B) Sugerir que o Estado deposite o dinheiro para a compra dos medicamentos e para pagamento do exame na conta do paciente, já que é uma ação que certamente o Estado perderá.
- (C) Explicar que o tratamento tem um custo muito elevado, superior a 80 mil dólares, e que os entes públicos não têm como suportar este tipo de demanda.
- (D) Propor que o médico mude o tratamento para interferon alfa peguilado, cujo custo é muito menor e tem a mesma eficácia.
- (E) Informar que o tratamento já é fornecido gratuitamente pelo SUS, assim como o exame, que pode ser colhido em um serviço do SUS.

78

O Infliximabe é um anticorpo monoclonal quimérico cuja utilização está regulamentada pelo Ministério da Saúde para algumas situações específicas.

Segundo essas diretrizes, o uso do Infliximabe está indicado:

- (A) como terapia de 1ª linha na espondilite anquilosante.
- (B) nas formas moderadas ou graves da artrite reumatoide, quando não houver resposta a pelo menos dois DMARD (sigla inglesa para fármacos modificadores da doença).
- (C) para o tratamento de Lúpus Eritematoso Sistêmico com acometimento renal.
- (D) na abordagem da Doença de Crohn refratária, mas apenas para crianças entre 6 e 12 anos de idade.
- (E) no controle da atrite psoriásica com lesão extensa de pele em que não houve resposta à fotoférese.

79

Uma paciente de 55 anos de idade, diabética tipo 2 e hipertensa grave, mal controlada, com alto grau de absenteísmo no acompanhamento médico, apresenta, no seu último exame, uma dosagem de creatinina de 2,8 mg/dL e CKD-EPI de 19,3 mL/min/1.73m². Sua dosagem de hemoglobina era de 9 g/dL; as dosagens de Fósforo e PTH eram, respectivamente, de 4 mg/dL e de 55 pg/mL. A dosagem de Potássio era de 4,1 mEq/L e não havia hipercalcemia.

Nesse caso, as diretrizes do Ministério da Saúde recomendam:

- (A) usar quelante de Fósforo.
- (B) propor ao paciente o início de hemodiálise ou de diálise peritoneal.
- (C) inscrever a paciente na fila de transplante renal, com prioridade máxima.
- (D) iniciar de imediato terapia renal substitutiva, por meio de diálise peritoneal.
- (E) realizar transfusão de concentrados de hemácias para corrigir a anemia e iniciar tratamento com eritropoietina alfa, por via subcutânea, se houver reação grave à transfusão.

80

Um paciente do sexo masculino, 28 anos de idade, procura um posto de saúde com relato de aparecimentos de manchas avermelhadas, não pruriginosas, em todo o corpo, sem poupar palma das mãos ou solas dos pés. Relata que 18 meses antes dessa consulta, teve uma lesão no pênis, que desapareceu espontaneamente um mês depois de ter surgido. Foi solicitado um teste rápido para sífilis, que foi positivo. O exame de FTA-ABS, colhido nessa mesma consulta, foi também positivo.

Com base nesses dados, o protocolo de tratamento recomendado é:

- (A) Ceftriaxona 2g, IV, 1x/ dia, por 10-14 dias.
- (B) Doxiciclina 100mg, 12/12h, via oral, por 15 dias.
- (C) Benzilpenicilina benzatina 2,4 milhões UI, IM, 1x/semana (1,2 milhão UI em cada glúteo) por 3 semanas.
- (D) Benzilpenicilina benzatina 2,4 milhões UI, via intramuscular (IM), dose única.
- (E) Benzilpenicilina potássica/ cristalina 18-24 milhões UI, 1x/ dia, por via intravenosa (IV), administrada em doses de 3-4 milhões UI, a cada 4 horas ou por infusão contínua, por 14 dias.

Questão Discursiva (Contas Públicas de Saúde)

1

Em 2024, Fabiola Sulpino Vieira, especialista em políticas públicas e gestão governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentou um estudo sobre o financiamento federal das ações e serviços públicos de saúde (ASPS) por meio de emendas parlamentares, analisando suas implicações para a regionalização da saúde. No levantamento, Vieira destacou que, entre 2014 e 2023, a participação das emendas parlamentares nas despesas do Ministério da Saúde com ASPS aumentou de 3,2% para 12,8%, sendo que a participação de emendas no total de despesas discricionárias foi de 52,5% em 2023. O crescimento expressivo — de 371% — elevou o volume de recursos movimentados de R\$ 4,9 bilhões, em 2014, para R\$ 23 bilhões, em 2023, impactando diretamente a forma como os recursos são alocados no Sistema Único de Saúde (SUS). No mesmo período, a participação direta do Ministério da Saúde na destinação de recursos para ASPS, incluindo despesas obrigatórias, caiu de 96,8% para 87,2%.

Fonte: VIEIRA, Fabiola Sulpino. “Recursos destinados à saúde pública por meio de emendas parlamentares cresceram 371% em 10 anos”, in: <https://www.ipea.gov.br/> e Idem. Financiamento federal de ações e serviços públicos de saúde por emendas parlamentares e suas implicações para a regionalização da saúde. Brasília, DF: Ipea, out. 2024. 52 p, in: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/15997>.

Com base no texto apresentado, redija uma dissertação abordando, de forma articulada e fundamentada, o tema “Financiamento Federal de Ações e Serviços Públicos de Saúde por Emendas Parlamentares”. Seu texto deve, obrigatoriamente, contemplar os seguintes aspectos:

- a) A distribuição de poderes no processo orçamentário, considerando o papel das emendas;
- b) Os impactos dessa forma de financiamento sobre a equidade no acesso e na oferta de serviços do SUS;
- c) As consequências do financiamento por emendas parlamentares para o planejamento e a gestão do SUS.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

Realização

